

Pronatec: maior efetividade exige aproximação com o mercado de trabalho

Estudo Livres 01/2023

A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, que estabelece, em seu Art. 1º, a finalidade de “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”.

A execução do Programa é realizada pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação – MEC, em regime de colaboração com os estados, com o Distrito Federal e com os municípios. Possui articulação com outros programas de abrangência nacional, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem e o Programa de Seguro-Desemprego, além do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies.

O público-alvo da política é formado prioritariamente por estudantes de ensino médio da rede pública e da educação de jovens e adultos – EJA, por trabalhadores e por beneficiários dos programas federais de transferência de renda. Os estudantes de ensino médio da rede privada com bolsa de estudos integral também podem participar do Programa.

Os parceiros do Pronatec são as instituições das redes federal, estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica – EPT, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S) e as instituições privadas de ensino

superior e de educação profissional e tecnológica.

O Programa abrange os cursos de educação profissional técnica de nível médio e de qualificação profissional, inclusive de formação inicial e continuada. No caso da educação profissional técnica de nível médio, os cursos possuem carga horária entre 800 e 1.200 horas, duração de 1 a 3 anos e podem ser ofertados em três modalidades: integrada, concomitante ou subsequente (quase metade das matrículas é no formato subsequente). Os cursos de formação inicial e continuada possuem carga horária entre 160 e 400 horas e duração de 3 a 6 meses.

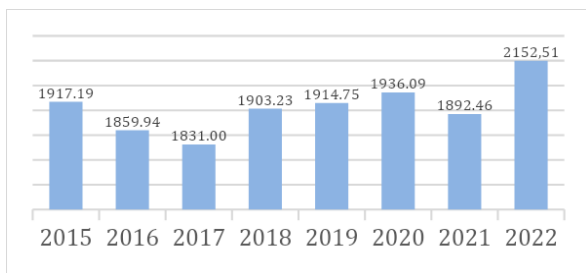
O Pronatec tem cinco campos de atuação:

- Expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- Repasse de recursos para a ampliação da oferta e o fortalecimento da educação profissional integrada ao ensino médio nas respectivas redes escolares;
- Ampliação das vagas gratuitas nas escolas do Sistema S;
- Fomento e expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, e;
- Ampliação de vagas em instituições públicas e privadas, inclusive em estabelecimentos particulares de ensino superior, por meio da Bolsa-Formação.

Algumas evidências:

Havia, em 2022, 8.650 estabelecimentos, entre públicos e privados, e 2,1 milhões de matrículas na educação profissional e tecnológica, um aumento de mais de 13% em relação ao ano anterior. Entre as matrículas de ensino médio profissional, 42% estão concentradas na rede privada, 39% nas redes estaduais e 15% na rede federal. A EPT é composta predominantemente por alunos com menos de 30 anos, do sexo feminino e da região Nordeste (BRASIL, 2023).

Gráfico 1: Número de matrículas da educação profissional e tecnológica entre 2015 e 2022 (em milhares)



Fonte: Censos Escolares 2015 a 2022

Os investimentos realizados desde a concepção do Pronatec cresceram significativamente nos anos iniciais do Programa, ultrapassando R\$ 2 bilhões anuais, sendo parte significativa desse montante para o custeio da Bolsa-Formação em instituições particulares (BRASIL, 2017).

Sobre isso, o Livres:

1. Reconhece a importância de expansão da educação profissional e tecnológica de qualidade e com apoio do setor produtivo;

2. Destaca a necessidade de sintonia entre a oferta de educação profissional e tecnológica e as demandas do mercado de trabalho local;

3. Preza pela liberdade individual do estudante ao escolher os meios de como se inserir no mercado de trabalho para buscar melhores condições de vida e favorecer a mobilidade social.

1. Expansão com qualidade e apoio do setor produtivo

É possível observar que a expansão da educação profissional e tecnológica, contribuída pela execução do Pronatec, tem gerado uma democratização e interiorização da educação que permite desenvolver arranjos produtivos locais e elevar os níveis de escolaridade da população. Ao levar a EPT para municípios do interior do país, o desenvolvimento local e regional é afetado de forma positiva, permitindo a consolidação de práticas inovadoras, em equilíbrio com os ideais de valorização do empreendedorismo, sustentabilidade, responsabilidade social e desenvolvimento profissional.

O Plano Nacional de Educação – PNE, vigente até 2024, estipula, em suas metas 10 e 11, alguns objetivos gerais para a educação profissional, como: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de jovens e adultos dos ensinos fundamental e médio integradas à educação profissional e triplicar as matrículas de educação profissional de nível médio.

Apesar de ambas as metas ainda estarem distantes de seus cumprimentos, nota-se, como em todas as demais metas estipuladas no PNE, uma preocupação evidente no

aumento quantitativo de matrículas em detrimento de um aumento qualitativo do ensino. Ao aumentar a quantidade de matrículas sem garantir a qualidade dos cursos, corre-se o risco de aumentar os investimentos públicos sem garantir um retorno real aos estudantes e à sociedade, que acaba por deslegitimar a importância da EPT e favorecer a sua estigmatização histórica de uma formação de “segunda classe”, inferior ao nível superior.

A demanda do mercado de trabalho por mão de obra cada vez mais qualificada corrobora com o crescimento das taxas de escolaridade de jovens e adultos. Todavia, os índices encontrados ainda são bem inferiores às principais economias do mundo. Enquanto no Brasil o índice de estudantes de ensino médio integrado à educação profissional é de 9,5% (BRASIL, 2023), a média da OCDE é de 38% (OCDE, 2022).

Aumentar a escolaridade e a qualificação profissional se torna providencial para a concretização das reformas estruturantes que permitirão ao Brasil a abertura da economia e sua integração global. Nessa perspectiva, muitos países desenvolvem modelos de educação profissional que promovem a qualificação dentro do próprio ambiente de trabalho, ao unir a experiência prática com as habilidades técnicas essenciais. Alemanha, Chile, Finlândia, entre diversos outros, são bons exemplos de países que possuem modelos bem sucedidos de educação profissional que são, inclusive, adaptados para diversos outros sistemas educacionais do mundo.

O ponto chave para que esses modelos tenham retorno social é a proximidade com o

setor produtivo. Para o Banco Mundial (2016), essa aproximação facilita a comunicação entre empregadores e possíveis empregados e faz o recrutamento profissional ser mais eficiente, aumentando consideravelmente os níveis de empregabilidade e produtividade.

Com a presença de uma forte demanda e uma fraca oferta de trabalhadores qualificados, conforme todas as pesquisas recentes que medem a produtividade, os índices brasileiros estão bem abaixo da média mundial. De acordo com a OCDE (2021), quanto mais qualificada é uma população, maior é a sua produtividade e, por conseguinte, maior é a competitividade internacional do país. Da mesma forma, quanto maior a escolaridade de uma pessoa, maior a chance de conseguir um emprego e ter um melhor rendimento. Todavia, ainda faltam avaliações com indicadores mais precisos que medem os impactos do Pronatec na empregabilidade e na produtividade regional e nacional.

2. Oferta vs Demanda

Para aproximar a formação profissional e tecnológica das exigências atuais do mercado de trabalho é preeminente a realização de um diagnóstico apurado da carência de mão de obra qualificada que leve em consideração o perfil do mercado de trabalho local. Caso os currículos não sejam construídos respeitando a demanda presente, o estudante, após concluir os estudos, não encontrará um emprego compatível com as qualificações adquiridas.

O alinhamento entre a oferta dos cursos de EPT e as demandas do mercado de trabalho é fundamental para o devido funcionamento do

Programa e para evitar um problema não somente de cunho social, mas também econômico, com o aumento dos índices de desemprego e uma gama de trabalhadores não qualificados para os ofícios existentes em sua região de moradia.

3. Liberdade para escolher como crescer

Seguem, abaixo, alguns dados publicados pela pesquisa com quase oito mil estudantes do ensino médio, realizada em 2022 pelo movimento Todos pela Educação em parceria com a Datafolha:

- 98% dos entrevistados concordam que deveriam haver opções de formações voltadas ao mercado de trabalho durante o ensino médio;
- Após a conclusão do ensino médio, 65% dos entrevistados pretendem cursar o nível superior e 22% um curso técnico;
- 47% dos entrevistados não têm conhecimento sobre a educação profissional

Percebe-se que muitos dos estudantes entrevistados carecem de conhecimento sobre o funcionamento da EPT, apesar de praticamente todos valorizarem a aquisição de conhecimento voltado para o mercado de trabalho. Com a construção da Base Nacional Curricular Comum – BNCC e com a recente reforma do ensino médio, há uma oportunidade de reconhecimento da educação profissional e tecnológica aliada à oferta de cursos variados, em formatos distintos e, sobretudo, com qualidade e com grande inserção no mercado de trabalho local.

Para valorizar a diversidade de culturas e pensamentos, é fundamental considerar os conhecimentos prévios dos beneficiários com objetivo de os currículos e as metodologias adotadas serem adequados à população atendida. Contudo, os itinerários profissionais do novo ensino médio precisarão de recursos humanos, financeiros e de estrutura para proporcionar ao estudante a possibilidade de crescimento pessoal, profissional e social.

Recomendações:

1. Aumentar os investimentos direcionados às ações que utilizem as Bolsas-Formação em instituições privadas;
2. Criar indicadores que permitam medir o impacto do Programa na escolaridade, na empregabilidade e na produtividade de jovens e adultos, inclusive no mercado informal;
3. Envolver efetivamente o setor produtivo no planejamento e na execução dos cursos de educação profissional e tecnológica;
4. Realizar diagnóstico apurado da carência de mão de obra qualificada que respeite o perfil da demanda do mercado de trabalho local e que considere os conhecimentos prévios dos beneficiários;
5. Aproximar a formação profissional e tecnológica às exigências atuais do mercado de trabalho;
6. Incluir cursos com carga horária e duração diferenciadas, de acordo com as demandas locais e as novas configurações do mercado de trabalho atual.

Com a colaboração de:

Thiago Cianni de Lara Resende

Coordenador da Setorial de Educação do Livres

Referências

1. BANCO MUNDIAL. Retomando o caminho para a inclusão, o crescimento e a sustentabilidade. 2016.

2. BRASIL. Senado Federal. Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Relatório de avaliação de políticas públicas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília/DF, 2017.
3. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022. Resumo técnico. Brasília, 2023.
4. OCDE. A educação no Brasil: uma perspectiva internacional. 2021.
5. OCDE. *Education at a Glance 2022*. Paris, França, 2022.
6. Todos pela Educação. Pesquisa de opinião com estudantes do ensino médio. 2022.
7. RESENDE, T. C. L. Educação e Liberdade: passado, presente e futuro. Editora Appris. Curitiba-PR, 2022.